



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO

Secretaria Municipal de Administração

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2023



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

LEI Nº 1790/2022

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2023.

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 91 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2023, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I – **Anexo I**, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

- a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2021;
- c) das metas fiscais previstas para 2023, 2024 e 2025, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2020, 2021 e 2022;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

f) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

g) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstas no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário consolidado, de R\$301.918,30 (trezentos e um mil, novecentos e dezoito reais e trinta centavos).

§ 1º A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta resultado primário poderá ser revisada em decorrência da frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.

§ 5º Nas hipóteses de ajustes da meta de resultado primário, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei nº 1720/2021, de 28/09/2021 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas nos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art 91 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 18/2021, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III – memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2022 e a previsão para o exercício de 2023;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 9º. Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV – à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V – à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças judiciais;

VII - às despesas com publicidade institucional;

VIII – às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX – ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 57 desta Lei.

Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea “b” do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 11. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria de Finanças, até 21 de outubro de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

III – ao fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência pública a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 3º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2023.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 18/2021 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do **Anexo IV** desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2023, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a dez vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. Deverão ser observados os seguintes requisitos, no caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental:

I - se for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou

b) redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

Parágrafo único. No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo;

III – de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III – Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterà:

I - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

II - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de Educação e Saúde;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício de 2023, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2024.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas, no que couber, as regras de inscrição e cancelamento de restos a pagar definidas na Instrução Normativa nº 18/2021, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

§ 2º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2022, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2023;
- III – valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 4º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

§ 5º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2023, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

I – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra;

III – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de trabalho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos deverão ser destinados a categoria de programação existente e não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2022, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2022, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Seção VI - Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Art. 32. Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 1720/2021 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III – as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

IV – as emendas que reduzirem em mais de 15% (quinze por cento) o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no **Anexo IV** desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I - Das Subvenções Econômicas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 33. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 34. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação “90 – Aplicações Diretas” e no elemento de despesa “48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas”.

Subseção II - Das Subvenções Sociais

Art. 35. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 36. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 37. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 38. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

**Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para
Pessoas Físicas e Jurídicas**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 39. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação 50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição;

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria de Planejamento e Assuntos Jurídicos verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 40. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 44. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 45. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 47. No exercício de 2023, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2022, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 48. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 18/2021 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV – prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 6 (seis) meses contados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 51. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 52. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2023, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do artigo anterior ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II – a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 1,0 (hum) % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2023.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

III – os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art.65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 55. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 56. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 57. Por meio da Secretaria Municipal de Finanças, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 58. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
Secretaria de Administração

Art. 59. Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 60. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

Em, 01 de novembro de 2022.

SILVIA MARIA LASEK NUNES

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 01 de novembro de 2022.

EDILBERTO LAONI DA SILVA MACHADO

Secretário Municipal de Administração

ANEXO II

RISCOS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023

Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Art. 12, § 3º, da LRF

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2019	ARRECADADA 2020	ARRECADADA 2021	REESTIMADO 2022	PROJETADO 2023	PROJETADO 2024	PROJETADO 2025
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	30.246.829,86	33.606.417,79	39.701.582,17	36.655.606,98	42.580.570,65	41.744.016,09	40.195.089,81
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.086.582,02	7.652.510,71	8.915.936,60	8.647.664,00	8.735.844,03	8.698.550,98	8.484.423,87
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	377.729,64	435.601,25	401.058,68	373.514,00	488.772,63	486.686,08	474.705,61
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	37.681,87	47.211,93	48.623,11	42.739,00	55.920,03	55.681,31	54.310,63
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	31.380,62	41.147,94	46.951,13	44.649,00	55.987,45	55.748,44	54.376,12
1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	431.489,10	422.404,20	560.762,85	633.598,00	676.834,46	673.945,08	657.354,97
1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	ITBI - direitos Reais sobre Imóveis	205.734,49	362.180,36	996.807,66	658.231,00	546.469,57	544.136,71	530.742,01
1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.910.646,06	6.269.345,81	6.756.179,51	6.771.584,00	6.791.019,97	6.762.029,32	6.595.572,42
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	91.920,24	74.619,22	105.553,66	123.249,00	120.802,77	120.287,07	117.326,03
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-	-	-	100,00	37,14	36,98	36,07
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	127.337,74	39.150,75	294.720,32	160.355,00	200.304,02	210.826,62	221.472,40
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.238,80	1.114,96	-	1.487,00	1.036,87	1.070,05	1.102,16
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	125.098,94	38.035,79	294.720,32	158.868,00	199.267,14	209.756,56	220.370,25
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	28.606,75	7.055,12	100.458,31	27.718,00	55.356,41	58.270,37	61.218,85
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	64.439,88	16.147,50	163.314,27	99.950,00	112.782,06	118.718,91	124.726,09
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	32.052,31	14.833,17	30.947,74	31.200,00	31.128,66	32.767,28	34.425,30
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	305,28	858,53	18.094,09	8.225,76	11.013,84	11.593,60	12.180,24
1.6.4.0.01.1.0.00.00 + 1.6.4.0.03.1.0.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Serviços	305,28	858,53	18.094,09	8.225,76	11.013,84	11.593,60	12.180,24
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	22.970.684,53	25.700.215,08	30.364.277,64	27.807.012,74	33.484.543,69	32.669.416,12	31.318.775,66
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	11.860.077,95	13.921.135,61	14.972.018,10	14.217.231,22	17.308.251,22	16.853.576,63	16.386.098,43
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	8.037.132,55	7.654.273,71	10.319.993,65	10.608.361,00	11.367.222,84	10.867.941,26	10.361.284,94
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	354.693,52	344.445,14	452.337,92	447.266,00	495.499,38	473.735,60	451.650,35
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	341.589,25	345.179,50	399.571,60	422.747,00	465.300,86	444.863,49	424.124,24

1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	339.413,04	410.879,71	473.908,65	410.880,00	519.059,20	496.260,60	473.125,26
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	331.505,50	513.880,99	278.023,60	284.860,00	436.635,88	417.457,56	397.995,96
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	858.949,52	2.232.440,04	2.300.841,10	1.388.539,32	2.429.313,09	2.507.051,11	2.582.262,64
1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	229.662,23	229.658,56	98.052,89	97.293,00	175.732,08	181.355,51	186.796,17
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	502.881,51	502.651,98	549.305,70	509.461,90	633.542,43	653.815,79	673.430,26
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.08.0.0.00.00.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	444.000,00	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	420.250,83	1.687.725,98	99.982,99	47.823,00	785.945,47	811.095,72	835.428,59
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.285.877,39	6.348.733,73	8.254.716,72	6.987.738,00	8.527.551,11	8.500.721,46	7.956.156,84
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.206.782,16	5.060.856,00	6.404.275,46	5.683.884,00	6.756.480,74	6.709.830,62	6.209.859,85
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	593.811,62	638.510,66	757.310,94	773.574,00	852.683,52	846.796,17	783.698,70
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	77.259,74	72.072,09	69.084,33	82.164,00	87.798,53	87.192,33	80.695,35
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	10.163,60	8.595,51	5.530,79	2.717,00	6.806,67	6.759,68	6.255,99
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.7.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas a Assistência Social	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	362.267,90	548.476,63	982.047,26	409.346,00	794.103,44	819.514,75	844.100,20
1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados destinados a Assistência Social	-	8.891,73	9.041,44	-	-	-	-
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	34.745,41	10.858,98	25.744,04	35.553,00	28.594,45	29.509,47	30.394,75
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	846,96	472,13	1.682,46	500,00	1.083,76	1.118,44	1.151,99
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	100,00	37,44	38,64	39,79
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	3.000,00	38.675,61	-	20.000,00	24.143,80	24.916,40	25.663,89
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	4.821.729,19	5.376.506,97	7.137.542,82	6.581.943,52	7.618.029,88	7.283.423,79	6.943.875,33
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	15.163,16	-	-	6.530,24	6.739,21	6.941,39
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	61.920,29	213.682,72	108.553,52	32.349,48	148.865,09	153.628,77	158.237,63
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	126,71	-	-	54,57	56,32	58,01
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	57.066,36	204.478,39	97.635,06	32.349,48	140.402,25	144.895,13	149.241,98
1.9.2.2.01.2.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	57.066,36	204.478,39	97.635,06	32.349,48	140.402,25	144.895,13	149.241,98
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	4.853,93	9.077,62	10.918,46	-	8.408,26	8.677,33	8.937,65
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas) (obs: 1.9.3 - Receita da Dívida Ativa + 1.9.9.0 - Receitas Diversas)	4.853,93	9.077,62	10.918,46	-	8.408,26	8.677,33	8.937,65
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	4.118.285,42	3.206.481,34	2.065.173,41	1.200.000,00	3.771.568,36	285.863,71	300.328,42
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	3.563.404,12	2.885.209,41	1.704.142,62	1.200.000,00	3.500.000,00	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	271.442,88	3.761,60	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	270.800,00	-	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	642,88	3.761,60	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	554.881,30	49.829,05	357.269,19	-	271.568,36	285.863,71	300.328,42
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	554.881,30	49.829,05	228.698,19	-	218.062,10	229.540,89	241.155,66
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	128.571,00	-	53.506,26	56.322,83	59.172,76

2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	- 2.934.307,93	- 2.839.628,22	- 3.725.654,32	- 3.576.272,60	- 4.021.687,32	- 3.910.003,78	- 3.693.384,39
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(2.850.869,14)	(2.767.318,42)	(3.604.914,68)	(3.511.772,60)	(3.916.648,97)	(3.801.604,20)	(3.581.732,82)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	(83.438,79)	(72.309,80)	(120.739,64)	(64.500,00)	(105.038,35)	(108.399,58)	(111.651,57)
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)					-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS		31.430.807,35	33.973.270,91	38.041.101,26	34.279.334,38	42.330.451,69	38.119.876,03	36.802.033,84

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PAGA	PAGA	PAGA	PAGA (Estimada)	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	24.520.630,90	25.143.446,98	27.636.815,51	30.537.058,38	35.417.570,13	34.867.847,17	34.028.787,82
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.324.397,08	13.778.881,73	13.400.717,95	14.713.983,72	17.027.230,57	16.893.901,87	16.898.014,14
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	11.510.440,99	12.932.094,59	12.544.799,71	14.127.305,84	16.115.588,29	16.018.235,36	16.050.889,94
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	813.956,09	846.787,14	855.918,24	586.677,88	911.642,28	875.666,51	847.124,21
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	-	-	-	-	-	-	-
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	205.872,58	488.673,23	691.312,62	788.570,78	1.367.596,84	1.141.399,86	1.056.388,83
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	205.872,58	488.673,23	691.312,62	788.570,78	1.367.596,84	1.141.399,86	1.056.388,83
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.990.361,24	10.875.892,02	13.544.784,94	15.034.503,88	17.022.742,71	16.832.545,44	16.074.384,85
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	11.634.724,46	10.463.433,39	13.086.574,01	14.650.784,67	16.508.618,19	16.278.837,40	15.489.694,92
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	355.636,78	412.458,63	458.210,93	383.719,21	514.124,52	553.708,04	584.689,93
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.424.876,01	5.525.181,73	2.307.488,97	2.173.358,80	5.712.534,39	2.736.934,73	2.421.998,50
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.848.357,10	5.258.165,20	1.401.336,85	1.409.340,80	4.278.945,79	869.644,53	659.181,66
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	4.760.313,36	5.219.401,28	1.399.656,85	1.407.660,80	4.266.226,63	862.006,26	653.391,93
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	88.043,74	38.763,92	1.680,00	1.680,00	12.719,17	7.638,27	5.789,73
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executvi / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	576.518,91	267.016,53	906.152,12	764.018,00	1.433.588,60	1.867.290,19	1.762.816,84
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	576.518,91	267.016,53	906.152,12	764.018,00	1.433.588,60	1.867.290,19	1.762.816,84
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTARIO / RESERVA	-	-	-	-	1.200.347,17	515.094,13	351.247,52
9.9.99.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTARIO / RESERVA	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS		29.945.506,91	30.668.628,71	29.944.304,48	32.710.417,18	42.330.451,69	38.119.876,03	36.802.033,84

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
Estimativas para a Receita Corrente Líquida
 Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	39.701.582,17	36.655.606,98	42.580.570,65	41.744.016,09	40.195.089,81
II - DEDUÇÕES	3.725.654,32	3.576.272,60	4.021.687,32	3.910.003,78	3.693.384,39
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	-	-	-	-	-
Deduções da Receita Corrente	3.725.654,32	3.576.272,60	4.021.687,32	3.910.003,78	3.693.384,39
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LIQUIDA (I-II+III)	35.975.927,85	33.079.334,38	38.558.883,34	37.834.012,31	36.501.705,42

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023

Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025

PODER EXECUTIVO	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	20.821.797,00	20.430.366,65	19.710.920,93
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	19.780.707,15	19.408.848,32	18.725.374,88
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	18.739.617,30	18.387.329,98	17.739.828,83

PODER LEGISLATIVO	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.313.533,00	2.270.040,74	2.190.102,33
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.197.856,35	2.156.538,70	2.080.597,21
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.082.179,70	2.043.036,66	1.971.092,09

ANEXO I

METAS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB	% RCL
			(a /	(a /RCL)			(b /	(B /RCL)			PIB)	(b /RCL)
			x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100
Receita Total	42.330.451,69	40.663.258,11	109,78%		38.119.876,03	35.483.058,95	100,76%		36.802.033,84	33.258.615,69	100,82%	
Receitas Primárias (I)	38.631.184,55	37.109.687,37	100,19%		37.910.119,46	35.287.811,61	100,20%		36.581.663,59	33.059.463,40	100,22%	
Despesa Total	41.130.104,52	39.510.186,86	106,67%		37.604.781,89	35.003.594,76	99,39%		36.450.786,32	32.941.187,42	99,86%	
Despesas Primárias (II)	38.328.919,08	36.819.326,69	99,40%		34.596.091,84	32.203.020,95	91,44%		33.631.580,65	30.393.423,93	92,14%	
Resultado Primário (I – II)	302.265,47	290.360,68	0,78%		3.314.027,62	3.084.790,66	8,76%		2.950.082,94	2.666.039,47	8,08%	
Resultado Nominal	260.266,90	250.016,23	0,67%		3.257.652,31	3.032.314,92	8,61%		2.873.862,64	2.597.157,90	7,87%	
Dívida Pública Consolidada	8.917.260,35	8.566.052,21	23,13%		5.908.570,29	5.499.864,37	15,62%		3.089.364,63	2.791.910,67	8,46%	
Dívida Consolidada Líquida	- 1.264.761,49	- 1.214.948,60	-3,28%		- 5.328.701,21	- 4.960.105,82	-14,08%		- 8.074.766,36	- 7.297.301,89	-22,12%	
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-	0,00%	
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-	0,00%	
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-	0,00%	

Fonte: Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	28.743.158,32	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF	79,90%	38.041.101,26	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF	105,74%	9.297.942,94	32,35%
Receita Primárias (I)	28.601.616,56		79,50%	36.038.476,72		100,17%	7.436.860,16	26,00%
Despesa Total	28.036.678,14		77,93%	29.944.304,48		83,23%	1.907.626,34	6,80%
Despesa Primárias (II)	26.672.111,80		74,14%	28.346.839,74		78,79%	1.674.727,94	6,28%
Resultado Primário (I-II)	1.929.504,76		5,36%	7.691.636,98		21,38%	5.762.132,22	298,63%
Resultado Nominal	1.888.363,46		5,25%	3.613.301,69		10,04%	1.724.938,23	91,35%
Dívida Pública Consolidada	7.378.405,52		20,51%	8.571.034,57		23,82%	1.192.629,05	16,16%
Dívida Consolidada Líquida	940.980,07		2,62%	- 2.885.658,48		-8,02%	- 3.826.638,55	-406,67%

FONTE: Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	28.947.337,21	28.743.158,32	-0,71%	32.141.111,17	11,82%	42.330.451,69	31,70%	38.119.876,03	-9,95%	36.802.033,84	-3,46%
Receitas Primárias (I)	25.487.814,07	28.601.616,56	12,22%	30.865.664,88	7,92%	38.631.184,55	25,16%	37.910.119,46	-1,87%	36.581.663,59	-3,50%
Despesa Total	27.868.674,91	28.036.678,14	0,60%	32.061.111,17	14,35%	41.130.104,52	28,29%	37.604.781,89	-8,57%	36.450.786,32	-3,07%
Despesas Primárias (II)	26.870.377,95	26.672.111,80	-0,74%	30.048.053,68	12,66%	38.328.919,08	27,56%	34.596.091,84	-9,74%	33.631.580,65	-2,79%
Resultado Primário (I – II)	- 1.382.563,88	1.929.504,76	-239,56%	817.611,20	-57,63%	302.265,47	-63,03%	3.314.027,62	996,40%	2.950.082,94	-10,98%
Resultado Nominal	- 1.423.705,19	1.888.363,46	-232,64%	776.558,31	-58,88%	260.266,90	-66,48%	3.257.652,31	1151,66%	2.873.862,64	-11,78%
Dívida Pública Consolidada	7.790.238,53	7.378.405,52	-5,29%	8.218.445,79	11,39%	8.917.260,35	8,50%	5.908.570,29	-33,74%	3.089.364,63	-47,71%
Dívida Consolidada Líquida	773.965,67	940.980,07	21,58%	3.854.653,82	-509,64%	1.264.761,49	-67,19%	5.328.701,21	321,32%	8.074.766,36	51,53%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	34.373.149,10	31.010.993,51	-9,78%	32.141.111,17	3,64%	40.663.258,11	26,51%	35.483.058,95	-12,74%	33.258.615,69	-6,27%
Receitas Primárias (I)	30.265.182,14	30.858.284,11	1,96%	30.865.664,88	0,02%	37.109.687,37	20,23%	35.287.811,61	-4,91%	33.059.463,40	-6,31%
Despesa Total	33.092.305,20	30.248.772,05	-8,59%	32.061.111,17	5,99%	39.510.186,86	23,23%	35.003.594,76	-11,41%	32.941.187,42	-5,89%
Despesas Primárias (II)	31.906.890,12	28.776.541,42	-9,81%	30.048.053,68	4,42%	36.819.326,69	22,53%	32.203.020,95	-12,54%	30.393.423,93	-5,62%
Resultado Primário (I – II)	- 1.641.707,98	2.081.742,69	-226,80%	817.611,20	-60,72%	290.360,68	-64,49%	3.084.790,66	962,40%	2.666.039,47	-13,57%
Resultado Nominal	- 1.690.560,70	2.037.355,34	-220,51%	776.558,31	-61,88%	250.016,23	-67,80%	3.032.314,92	1112,85%	2.597.157,90	-14,35%
Dívida Pública Consolidada	9.250.420,12	7.960.561,72	-13,94%	8.218.445,79	3,24%	8.566.052,21	4,23%	5.499.864,37	-35,79%	2.791.910,67	-49,24%
Dívida Consolidada Líquida	919.035,74	1.015.223,40	10,47%	3.854.653,82	-479,69%	1.214.948,60	-68,48%	4.960.105,82	308,26%	7.297.301,89	47,12%

Fonte: Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,52%	10,06%	7,89%	4,10%	3,20%	3,00%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,90%	4,60%	0,70%	1,00%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	3,28%	-12,80%	-10,09%	-6,54%	-9,81%	-8,81%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-9,91%	9,88%	2,41%	0,79%	4,36%	2,52%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	7,37%	1,85%	-11,60%	-0,79%	-3,51%	-5,30%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	16,76%	-7,11%	-13,63%	-1,33%	-7,36%	-7,44%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	0,38%	15,36%	-23,94%	-2,73%	-3,77%	-10,15%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	4,00%	0,00%	12,00%	4,10%	3,20%	3,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	4,00%	0,00%	12,00%	4,10%	3,20%	3,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	7,83%	-88,01%	-8,02%	-29,40%	-41,81%	-26,41%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	1,90%	9,15%	13,25%	9,25%	7,50%	7,00%
Taxa de Câmbio	0,00	0,00	5,00	5,04	5,05	5,02

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Valores em R\$

Exercício	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.790.238,53	8.571.034,57	8.218.445,79	8.917.260,35	5.908.570,29	3.089.364,63
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	7.790.238,53	8.571.034,57	8.218.445,79	8.917.260,35	5.908.570,29	3.089.364,63
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	7.016.272,86	11.456.693,05	12.073.099,61	10.182.021,84	11.237.271,50	11.164.130,98
Disponibilidade da Caixa Bruta	7.779.409,78	12.017.089,75	12.800.000,00	10.865.499,84	11.894.196,53	11.853.232,12
(-) Restos a Pagar Processados	763.136,92	560.396,70	726.900,39	683.478,00	656.925,03	689.101,14
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	773.965,67	(2.885.658,48)	(3.854.653,82)	(1.264.761,49)	(5.328.701,21)	(8.074.766,36)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	2.885.209,41	1.704.142,62	1.200.000,00	3.500.000,00	-	-
2.2 - Encargos	488.673,23	691.312,62	788.570,78	1.367.596,84	1.141.399,86	1.056.388,83
2.3 - Amortizações	267.016,53	906.152,12	764.018,00	1.433.588,60	1.867.290,19	1.762.816,84

Fonte: Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023

TABELA 03 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2020 Arrecadação	2021 Arrecadação	2022 Projeção	2023 Projeção	2024 Projeção	2025 Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	30.766.789,57	35.975.927,85	33.079.334,38	38.558.883,34	37.834.012,31	36.501.705,42
(-) Aplicações Financeiras em Geral	38.035,79	294.720,32	158.868,00	199.267,14	209.756,56	220.370,25
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	30.728.753,78	35.681.207,53	32.920.466,38	38.359.616,19	37.624.255,75	36.281.335,18
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	3.206.481,34	2.065.173,41	1.200.000,00	3.771.568,36	285.863,71	300.328,42
(-) Operações de Crédito	2.885.209,41	1.704.142,62	1.200.000,00	3.500.000,00	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	321.271,93	361.030,79	-	271.568,36	285.863,71	300.328,42
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	31.050.025,71	36.042.238,32	32.920.466,38	38.631.184,55	37.910.119,46	36.581.663,59

DESPESAS PRIMÁRIAS	2020 Pagamento	2021 Pagamento	2022 Pagto Estimado	2023 Projeção	2024 Projeção	2025 Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	25.143.446,98	27.636.815,51	30.537.058,38	35.417.570,13	34.867.847,17	34.028.787,82
(-) Juros e Encargos da Dívida	488.673,23	691.312,62	788.570,78	1.367.596,84	1.141.399,86	1.056.388,83
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	24.654.773,75	26.945.502,89	29.748.487,60	34.049.973,29	33.726.447,31	32.972.399,00
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	5.525.181,73	2.307.488,97	2.173.358,80	5.712.534,39	2.736.934,73	2.421.998,50
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	267.016,53	906.152,12	764.018,00	1.433.588,60	1.867.290,19	1.762.816,84
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	5.258.165,20	1.401.336,85	1.409.340,80	4.278.945,79	869.644,53	659.181,66
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	29.912.938,95	28.346.839,74	31.157.828,40	38.328.919,08	34.596.091,84	33.631.580,65

RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	1.137.086,76	7.695.398,58	1.762.637,99	302.265,47	3.314.027,62	2.950.082,94
-------------------------------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------------	---------------------

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2020 Saldo	2021 Saldo	2022 Saldo	2023 Projeção	2024 Projeção	2025 Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	115.327,89	41.998,57	56.375,32	76.220,30
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	0,00	0,00	115.327,89	41.998,57	56.375,32	76.220,30
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX))	1.137.086,76	7.695.398,58	1.647.310,10	260.266,90	3.257.652,31	2.873.862,64

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	30.948.352,80	164,41%	25.587.442,16	82,68%	22.462.474,52	87,79%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(12.124.570,80)	-64,41%	5.360.910,64	17,32%	3.124.967,64	12,21%
TOTAL	18.823.782,00	100,00%	30.948.352,80	100,00%	25.587.442,16	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	30.948.352,80	164,41%	25.587.442,16	82,68%	22.462.474,52	87,79%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(12.124.570,80)	-64,41%	5.360.910,64	17,32%	3.124.967,64	12,21%
TOTAL	18.823.782,00	100,00%	30.948.352,80	100,00%	25.587.442,16	100,00%

Fonte: Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	2020	2019
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019			54.742,78
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (I)	3.761,60	271.442,88	-
Alienação de Bens Móveis	-	270.800,00	-
Alienação de Bens Imóveis	3.761,60	642,88	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens		348,23	521,86

DESPESAS EXECUTADAS	2021	2020	2019
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	51.247,30	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	51.247,30	-	-
Investimentos	51.247,30	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
Valor (III)	279.570,05	327.055,75	55.264,64

Fonte: Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
Iseção de IPTU conforme Art. 4º da Lei nº 817/2005 publicada em 26/12/2005	Iseção	Contribuintes integrantes de classes sociais menos favorecidas	1.112,60	1.148,20	1.182,65	Aumento de Receita
Remissão de créditos tributários e não-tributários inferiores a R\$ 350,00, que estão prescrevendo e não serão executados devido ao pequeno valor, conforme Lei 898/2007, publicada em 24/04/2007.	Remissão	Contribuintes com créditos inferiores a R\$ 350,00	17.209,55	17.760,26	18.293,06	Aumento de Receita
Projeto de Lei para Desconto Cota Única IPTU	Concessão de Iseção em Caráter Geral	Contribuintes	66.668,82	68.802,22	70.866,29	Aumento de Receita
				-	-	
TOTAL			84.990,97	87.710,68	90.342,00	-

Fonte: Secretaria de Finanças

- 1 - Os valores da renúncia para 2023 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal
2 - Os valores da renúncia projetados para 2024 e 2025 foram claculados a partir dos valores de 2023, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2024: 3,20%
Inflação para 2025: 3,00%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte: Secretaria de Finanças

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2023, adequar-se-ão às receitas do Município.

ANEXO II

RISCOS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	40.000,00	Abertura de Crédito Adicionais a partir da Reserva de Contingência	40.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	40.000,00	SUBTOTAL	40.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Abertura de Crédito Adicionais a partir da Reserva de Contingência	60.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais	60.000,00		
SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

ANEXO III

METAS E PRIORIDADES



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 01 - Execução da Ação Legislativa

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

1.650.000

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção das Atividades da Câmara Municipal Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	1.275.229
Ação: Manutenção dos Serviços de Plenário Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	151.146
Ação: Equipamento e modernização da Câmara Municipal Produto: Equipamentos e materiais adquiridos Custo estimado	R\$ 1	31.500
Ação: Conservação do Prédio da Câmara de Vereadores Produto: Prédio Conservado Custo estimado	R\$ 1	34.125
Ação: Aquisição de Veículo Produto: Veículo Custo estimado	R\$ 1	70.000
Ação: Programa de valorização e aperfeiçoamento do servidor do legislativo Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	21.000
Ação: Divulgação Oficial dos Atos do Poder Legislativo Produto: Divulgação dos atos oficiais inclusive do interesse dos munícipes Custo estimado	R\$ 1	25.000
Ação: Manutenção de Veículos da Câmara Municipal Produto: Manutenção de Veículos Custo estimado	R\$ 1	42.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 02 - Apoio Administrativo

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

6.285.329

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção das Atividades da Sec. De Governo e Assuntos Institucionais Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	900.000
Ação: Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	1.000.000
Ação: Manutenção das Atividades do Controle Orçamentário, Contábil e Financeiro Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	1.100.000
Ação: Despesas Gerais com Pessoal Cedido, Materiais e Serviços Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	36.750
Ação: Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Saneamento Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	507.055
Ação: Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	200.000
Ação: Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Jurídicos Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	95.000
Ação: Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	380.000

Ação: Manutenção das Atividades da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social Produto: Atividade mantida	Custo estimado	R\$ 1	750.000
Ação: Manutenção das Atividades do Sistema de Controle Interno Produto: Atividade mantida	Custo estimado	R\$ 1	57.750
Ação: Manutenção das Atividades dos Conselhos Municipais Produto: Conselhos Mantidos	Custo estimado	R\$ 1	4.200
Ação: Manutenção dos Veículos dos Diversos Órgãos da Administração Municipal Produto: Atividade mantida	Custo estimado	R\$ 1	34.500
Ação: Aquisição e/ou Locação de Software, Hardware e Equipamentos de Informática Produto: Software e equipamentos de informática adquiridos	Custo estimado	R\$ 1	362.039
Ação: Manutenção e Implantação de Rede de Computadores Produto: Rede on-line em funcionamento	Custo estimado	R\$ 1	25.000
Ação: Equipamento e Modernização dos Diversos Órgãos da Administração Municipal Produto: Equipamentos e materiais adquiridos	Custo estimado	R\$ 1	70.000
Ação: Aquisição de Veículos para os Diversos Órgãos da Administração Produto: Veículo Adquirido	Custo estimado	R\$ 1	120.000
Ação: Construção, Ampliação e/ou Reformas dos Prédios da Prefeitura Produto: Ampliação e/ou melhoramento das instalações	Custo estimado	R\$ 1	150.000
Ação: Publicação e Divulgação dos Atos do Poder Executivo, Inclusive por Meio Eletrônico Produto: Publicação e divulgação realizadas	Custo estimado	R\$ 1	92.610
Ação: Contribuição ao PASEP Produto: Pagamento do PASEP	Custo estimado	R\$ 1	388.305
Ação: Encargos Gerais do Município Produto: Sentenças Judiciais	Custo estimado	R\$ 1	12.120



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 03 - Valorização e Aperfeiçoamento do Servidor Municipal

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

1.639.060

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Programa de Valorização e Aperfeiçoamento Produto: Servidor Beneficiado Custo estimado	R\$ 1	25.000
Ação: Manutenção do Programa de Vale-Alimentação Produto: Vale-Alimentação Custo estimado	R\$ 1	1.614.060



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 04 - Melhorar as Condições de Segurança à Sociedade

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

262.300

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Cooperação com o Policiamento Civil e Militar Produto: Participar com apoio financeiro ou material com a polícia civil e militar conforme convênios a serem firmados Custo estimado	R\$ 1	20.000
Ação: Observatório de Segurança Pública Produto: Sistema de Vigilância por câmeras Custo estimado	R\$ 1	237.300
Ação: Auxílio Financeiro ao CONSEPRO Produto: Proporcionar maior segurança aos munícipes nos termos de lei municipal Custo estimado	R\$ 1	5.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 05 - Modernização do Setor de Tributos

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

5.843

AÇÕES / PRODUTOS

**Unidade de
Medida**

2023

Ação: Manutenção de um Sistema para Cobrança de Tributos que proporcione agilidade e facilidade no Pagamento de Tributos

Produto: Emissão de carnês para pagamento na rede bancária por empresa especializada

Custo estimado

R\$ 1

5.843



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 06 - Amortização e Encargos da Dívida Interna

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

2.801.185

AÇÕES / PRODUTOS

**Unidade de
Medida**

2023

Ação: Amortização da Dívida Pública

Produto: Dívida amortizada

Custo estimado

R\$ 1

2.801.185



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Melhoria da Qualidade de Vida nas Aglomerações do Município

PROGRAMA: 07 - Melhoria da Infra Estrutura Urbana

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

4.450.000

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Abertura, Ampliação, Melhoria, Pavimentação e Conservação de Vias Públicas Produto: Abrir novas ruas nos núcleos urbanos e ampliar, conservar e pavimentar as atuais. Custo estimado	R\$ 1	400.000
Ação: Recurso Operação crédito - CEF - FINISA Produto: Operação de Crédito - CEF - FINISA Custo estimado	R\$ 1	3.500.000
Ação: Abertura, Ampliação, Melhoria e Conservação de Estradas Municipais. Produto: Ampliar, melhorar e conservar as estradas municipais visando melhores condições de tráfego. Custo estimado	R\$ 1	350.000
Ação: Numeração e Identificação de Ruas e Avenidas Produto: Valorizar e modernizar os bens públicos e particulares e melhorar o trânsito de veículos. Custo estimado	R\$ 1	10.000
Ação: Construção e Restauração de Pontes, Bueiros e Pontilhões nas Estradas do Município Produto: Melhorias nas pontes, bueiros e pontilhões Custo estimado	R\$ 1	50.000
Ação: Colocação de Sinalização de Trânsito nos Bairros Produto: Sinalização Custo estimado	R\$ 1	35.000
Ação: Ampliação, Remodelação e Manutenção de Jardins, Praças, Passeios e Acostamentos Produto: Melhorias na infraestrutura urbana das calçadas, passeios, praças e jardins Custo estimado	R\$ 1	105.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 08 - Manutenção dos Serviços Públicos

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

1.302.000

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Conservação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública Produto: Iluminação Pública Custo estimado	R\$ 1	315.000
Ação: Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública Produto: Atender o desenvolvimento de atividades e serviços, objetivando o desenvolvimento dos centros urbanos Custo estimado	R\$ 1	945.000
Ação: Ampliação e Conservação do Cemitério Municipal Produto: Ampliar e conservar o atual cemitério municipal, inclusive com ajardinamento. Custo estimado	R\$ 1	31.500
Ação: Manutenção da Capela Mortuária Produto: Manter em boas condições de utilização a capela mortuária. Custo estimado	R\$ 1	10.500



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 10 - Melhorias no Transporte Urbano

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

5.000

AÇÕES / PRODUTOS

**Unidade de
Medida**

2023

Ação: Construção e/ou Manutenção de Abrigos Públicos nas Paradas de ônibus

Produto: Paradas de Ônibus

Custo estimado

R\$ 1

5.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Melhoria da Qualidade de Vida nas Aglomerações do Município

PROGRAMA: 12 - Saneamento em Geral

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

110.500

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Ampliação e Conservação do Sistema de Esgotos		
Produto: Ampliar e conservar a rede de esgoto pluvial e cloacal na área urbana do município		
Custo estimado	R\$ 1	100.000
Ação: Drenagem e Canalização de Sangas e Esgotos		
Produto: Visa evitar danos em áreas urbanas causadas por enchente.		
Custo estimado	R\$ 1	10.500



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Preservação do Meio Ambiente

PROGRAMA: 13 - Preservação do Meio Ambiente

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

287.195

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Ampliação e Manutenção da Coleta de Lixo e Educação Ambiental Produto: Coleta seletiva de resíduos, Coleta de lixo nas Zonas Urbana e Rural, aquisição de lixeiras para recolhimento do lixo da área rural Custo estimado	R\$ 1	222.195
Ação: Implantar Programa de Conscientização de Recolhimento de Resíduos eletrônicos Produto: Recolhimento de produtos eletroeletrônicos como pilhas, baterias Custo estimado	R\$ 1	10.000
Ação: Projeto "Melhores Amigos" Produto: Esterilização cirúrgica de cães e gatos Fêmeas Custo estimado	R\$ 1	55.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Atração e Apoio à Diversificação e Desenvolvimento dos Investimentos Municipais

PROGRAMA: 14 - Atração e Apoio à Diversificação e Desenvolvimento dos Investimentos Municipais

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

324.750

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção do Distrito Industrial Produto: Infra Estrutura necessária para Instalação de Indústrias Custo estimado	R\$ 1	52.500
Ação: Incentivos a Micro, Pequena e Média Empresa Produto: Incentivo concedido Custo estimado	R\$ 1	246.000
Ação: Promover possibilidade aos empreendedores locais de desenvolverem suas atividades de maneira organizada e competitiva Produto: Incubadora empresarial, cursos de treinamento, capacitação e gestão empresarial Custo estimado	R\$ 1	26.250



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico

PROGRAMA: 15 - Aquisição de Áreas na Zona Urbana e Rural do Município

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

150.000

AÇÕES / PRODUTOS

**Unidade de
Medida**

2023

Ação: Aquisição de Áreas Urbanas

Produto: Áreas adquiridas

Custo estimado

R\$ 1

150.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATEGICO : Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos

PROGRAMA: 17 - Ampliação do Parque Rodoviário e Modernização dos Equipamentos

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

746.500

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Aquisição e/ou locação de veículos, máquinas e implementos rodoviários. Produto: Adquirir ou locar ônibus, retro-escavadeira, tombadeira, patrôla, rolo compressor e caminhões. Custo estimado	R\$ 1	100.000
Ação: Conservação e manutenção da frota de veículos, máquinas e implementos rodoviários. Produto: Manter a frota de veículos, máquinas e implementos em perfeitas condições de uso. Custo estimado	R\$ 1	472.500
Ação: Manutenção e Controle dos Serviços de Transporte Coletivo Inter-Bairros Produto: Proporcionar aos usuários do transporte coletivo melhores condições de acesso aos bairros do município via centro e vice-versa Custo estimado	R\$ 1	174.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 18 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEB

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

7.408.000

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção das Atividades da Educação Básica - FUNDEB Produto: Manter as Atividades do Ensino Básico Custo estimado	R\$ 1	6.039.600
Ação: Ampliação, Construção e Conservação dos Prédios Escolares Produto: Prédios e instalações Custo estimado	R\$ 1	450.000
Ação: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Produto: Equipamentos e material permanente adquiridos Custo estimado	R\$ 1	250.000
Ação: Manutenção do Transporte Escolar Produto: Alunos Assistidos Custo estimado	R\$ 1	350.000
Ação: Aquisição de Ônibus para Transporte Escolar Produto: Ônibus Adquirido Custo estimado	R\$ 1	150.000
Ação: Manutenção das Atividades dos Conselhos Produto: Atividade Mantida Custo estimado	R\$ 1	8.400
Ação: Construção e Reforma nas Quadras Poliesportivas das Escolas Municipais Produto: Quadras poliesportivas Custo estimado	R\$ 1	105.000
Ação: Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - EJA Produto: Alunos Assistidos Custo estimado	R\$ 1	55.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATEGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 19 - Manutenção da Educação Especial - MDE

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

36.750

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Incentivo a entidades Educacionais de Ensino Especial Produto: Subvenções Sociais Custo estimado	R\$ 1	5.250
Ação: Atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, de forma a garantir a sua escolaridade Produto: Alunos com necessidades físicas especiais atendidas Custo estimado	R\$ 1	31.500



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 21 - Manutenção do Ensino Fundamental - MDE

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

2.679.250

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção das atividades do Ensino Fundamental - MDE Produto: Manter as atividades do Ensino Básico Custo estimado	R\$ 1	1.769.250
Ação: Capacitação e Treinamento a Professores Produto: Cursos, palestras, seminários, serviços de terceiros Custo estimado	R\$ 1	35.000
Ação: Ampliação, Construção e Conservação e Prédios Escolares Produto: Prédios e instalações Custo estimado	R\$ 1	250.000
Ação: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Produto: Equipamentos e material permanente adquirido Custo estimado	R\$ 1	125.000
Ação: Aquisição de Material de Apoio Pedagógico e Didático Produto: Material pedagógico adquirido Custo estimado	R\$ 1	100.000
Ação: Manutenção do Transporte Escolar Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	400.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 22 - Manutenção da Educação Infantil

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

150.000

AÇÕES / PRODUTOS

**Unidade de
Medida**

2023

Ação: Manutenção das atividades do Ensino Infantil
Produto: Atividade mantida

Custo estimado

R\$ 1

150.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATEGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 23 - A Cultura e o Cidadão

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

325.000

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Realização de Eventos e Atividades Culturais Produto: Atividade Mantida Custo estimado	R\$ 1	250.000
Ação: Manutenção/Ampliação da Biblioteca Pública Produto: Biblioteca em atividade Custo estimado	R\$ 1	25.000
Ação: Manutenção do Centro Municipal de Eventos Produto: Atividade Mantida Custo estimado	R\$ 1	50.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATEGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 24 -Gastos Complementares com a Manutenção do Ensino

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

816.900

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção do Programa Merenda Escolar Produto: Alunos Assistidos Custo estimado	R\$ 1	165.000
Ação: Manutenção do Programa de Transporte Escolar Produto: Atividade Mantida Custo estimado	R\$ 1	40.500
Ação: Manutenção do Programa Salário Educação Produto: Atividade Mantida Custo estimado	R\$ 1	441.000
Ação: CIAPPEG e Centro Integral do Alunado Produto: Atividade Mantida Custo estimado	R\$ 1	170.400



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 25 - Incentivo ao Ensino Profissionalizante no Município

Dados Financeiros em R\$ 1	2023
Recursos Vinculados / Convênios	
Total do Programa (R\$ 1)	60.000

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Auxílio e Transporte Produto: Passagens Custo estimado	R\$ 1	25.000
Ação: Firmar Convênio Com Entidades de Educação Profissional Produto: Cursos Profissionalizantes gratuitos no município Custo estimado	R\$ 1	35.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 26 - Incentivo e Auxílio para o Acesso ao Aperfeiçoamento.

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

90.300

AÇÕES / PRODUTOS

**Unidade de
Medida**

2023

Ação: Incentivo e Apoio aos Estudantes

Produto: Subsídio ao transporte.

Custo estimado

R\$ 1

90.300



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 27 - Assistência de Saúde à População

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

6.353.853

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Assistência Médica à População Produto: Transporte, consultas e exames à população Custo estimado	R\$ 1	750.000
Ação: Assistência Farmacêutica e Ambulatorial Produto: Medicamentos e material para ambulatório Custo estimado	R\$ 1	150.000
Ação: Manutenção e Conservação das Atividades de Postos de Saúde Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	2.150.000
Ação: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Produto: Equipamento e material permanente adquiridos Custo estimado	R\$ 1	100.000
Ação: Serviço de Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial Produto: Pronto Atendimento médico e ambulatorial 24h, atendimento odontológico Custo estimado	R\$ 1	2.760.000
Ação: Ampliação e Manutenção das Instalações de Postos de Saúde Produto: Ampliação e melhoramento das instalações Custo estimado	R\$ 1	30.000
Ação: Construção de novo Posto de Saúde Central Produto: Ampliação e melhoramento das instalações Custo estimado	R\$ 1	100.000
Ação: Consórcio Intermunicipal de Saúde Produto: Atendimento Médico especializado a população em hospital regional Custo estimado	R\$ 1	38.853
Ação: Aquisição de Ambulância e/ou UTI Móvel Produto: Veículo adquirido Custo estimado	R\$ 1	10.000
Ação: Manutenção de Veículos Produto: Atividade mantida Custo estimado	R\$ 1	265.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 28 - Atenção Básica em Saúde - Recurso Federal

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

1.752.006

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Atenção Primária em Saúde Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	873.716
Ação: Incremento Temporário ao custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	50.000
Ação: Manutenção do Programa de Farmácia Básica Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	48.046
Ação: Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	12.000
Ação: Vigilância em Saúde Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	44.403
Ação: Programa de Agentes Comunitarios da Saude - PACS Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	290.880
Ação: Atenção a Saude da População para Procedimentos de Media e Alta Complexidade - MAC Produto: População Assistida Custo estimado	R\$ 1	432.961



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 29 - Assistência de Saúde à População - Recurso Estadual

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

510.278

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica e Programa Insumos para Controle Diabetes Mellitus Produto: Medicamentos Custo estimado	R\$ 1	19.173
Ação: Manutenção do Programa Primeira Infância Melhor - PIM Produto: Famílias assistidas Custo estimado	R\$ 1	36.660
Ação: Programa Incentivo a Atenção Básica Produto: Comunidade assistida Custo estimado	R\$ 1	204.523
Ação: NAAB - Incentivo Atenção Básica e Oficinas Terapêuticas Produto: Famílias assistidas Custo estimado	R\$ 1	72.000
Ação: Programa Incentivo Equipe Saude da Família - PSF Produto: Comunidade assstida Custo estimado	R\$ 1	172.323
Ação: Insumos Hospitalares p / Uso Domiciliar - Aquisição e Dispensação de Fraldas Produto: Comunidade assstida Custo estimado	R\$ 1	5.600



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico

PROGRAMA: 30 - Desenvolvimento do Desporto e Lazer

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

191.500

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção de Parques Esportivos e Ginásio de Esportes Custo estimado	R\$ 1	65.000
Ação: Promoção de Competições Esportivas Produto: Competições realizadas Custo estimado	R\$ 1	95.000
Ação: Iluminar e construir arquibancadas no Estádio Municipal Produto: Modernização do Estádio Custo estimado	R\$ 1	31.500



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO : Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico

PROGRAMA: 31 - Desenvolvimento Agropecuário

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

134.007

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Manutenção e Conservação de Maquinário Agrícola Produto: Conservação de Máquinário Agrícola Custo estimado	R\$ 1	76.031
Ação: Manutenção de Convênios Produto: Convênio Emater Custo estimado	R\$ 1	15.626
Ação: Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas Produto: Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas Custo estimado	R\$ 1	10.500
Ação: Cursos de Capacitação, Qualificação e Gestão Agropecuária e Artesanal Produto: Produtores rurais e artesãos Custo estimado	R\$ 1	10.500
Ação: Promover a Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros, Agroindustrializados e Artesanais com Local de Venda Viável Produto: Área Central do Município Custo estimado	R\$ 1	5.250
Ação: Programa Avançar Açudes Produto: Construção de açudes Custo estimado	R\$ 1	11.100
Ação: Construção de Poços Tubulares Profundos Produto: Construção de Poços Tubulares Profundos Custo estimado	R\$ 1	5.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO ESTRATEGICO : Promoção da Cidadania e Inclusão Social

PROGRAMA: 32 - Assistência Social em Geral

Dados Financeiros em R\$ 1

2023

Total do Programa (R\$ 1)

1.702.944

AÇÕES / PRODUTOS	Unidade de Medida	2023
Ação: Assistência Social à População Produto: Pessoas Assistidas Custo estimado	R\$ 1	200.000
Ação: Auxílios e Subvenções Produto: Pleno Atendimento a entidades ou diretamente às pessoas necessitadas Custo estimado	R\$ 1	100.000
Ação: Assistência à Criança e ao Adolescente Produto: Promover a assistência e proteção da criança e do adolescente Custo estimado	R\$ 1	125.000
Ação: Programa de Apoio a Pessoa Portador de Deficiência Produto: Pleno atendimento ao portador de deficiência Custo estimado	R\$ 1	2.835
Ação: Projeto " Bem Me Quer " Produto: Atender gestantes e bebês Custo estimado	R\$ 1	10.000
Ação: Programa de Construção e/ou Reformas de Pequenas Casas Produto: Casas Reformadas e Construídas Custo estimado	R\$ 1	150.000
Ação: CRAS - Centro de Referência da Assistência Social Produto: Atender a família, crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais Custo estimado	R\$ 1	27.148
Ação: Implantação do Balcão do Trabalhador Produto: Possibilitar um cadastro organizado de mão-de-obra local. Custo estimado	R\$ 1	2.000
Ação: Programa Bolsa Família Produto: Beneficiar pessoas carentes e de baixa renda Custo Estimado	R\$ 1	32.714
Ação: Programa "Novo Horizonte" de Incentivo a Ocupação e Qualificação Profissional de Mulheres Produto: Beneficiar Mulheres entre 20 e 55 anos preferencialmente mães de família Custo Estimado	R\$ 1	43.632
Ação: Programa "Construir" de Incentivo à Ocupação da mão-de-obra local e à qualificação profissional. Produto: Abrange homens entre 18 e 60 anos preferencialmente chefes de família Custo Estimado	R\$ 1	130.896
Ação: Convênio com a Prefeitura Municipal de Butiá Produto: Crianças e adolescentes assistidos Custo Estimado	R\$ 1	66.000
Ação: Programa FMAS - IGD/SUAS Produto: Manutenção do Programa Custo Estimado	R\$ 1	1.050

Ação: Programa Cuidando com Carinho Produto: Oferecer um espaço de lazer e entreterimento para os grupos de Terceira Idade	Custo Estimado	R\$ 1	5.000
Ação: PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Produto: Manutenção do Programa	Custo Estimado	R\$ 1	34.673
Ação: Recurso Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS Produto: Manutenção do Programa	Custo Estimado	R\$ 1	3.150
Ação: Auxílio Transporte ao Trabalhador Produto: Trabalhadores Assistidos	Custo Estimado	R\$ 1	442.846
Ação: Construção de Casas Populares Produto: Atender famílias de baixa renda	Custo Estimado	R\$ 1	300.000
Ação: Qualificação Profissional dos Municípios Produto: Contribuir no combate ao desemprego e exclusão social	Custo Estimado	R\$ 1	26.000



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2023
Modernização da Gestão e dos Serviços Públicos	14.697.218
Melhoria da Qualidade de Vida nas Aglomerações do Município	4.560.500
Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico	475.507
Promoção da Cidadania e Inclusão Social	21.885.281
Preservação do meio ambiente	287.195
Atração e apoio a diversificação e desenvolvimento dos Investimentos Municipais	324.750
TOTAL	42.230.451



Prefeitura Municipal de Minas do Leão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PROGRAMA DE GOVERNO

Nº	PROGRAMA	2023
01	Execução da Ação Legislativa	1.650.000
02	Apoio Administrativo	6.285.329
03	Valorização e Aperfeiçoamento do Servidor Municipal	1.639.060
04	Melhorar as Condições de Segurança a Sociedade	262.300
05	Modernização do Setor de Tributos	5.843
06	Amortização e Encargos da Dívida interna	2.801.185
07	Melhoramento da Infra Estrutura Urbana	4.450.000
08	Manutenção dos Serviços Públicos	1.302.000
10	Melhorias no Transporte Urbano	5.000
12	Saneamento em Geral	110.500
13	Preservação do Meio Ambiente	287.195
14	Atração e Apoio à Diversificação e Desenvolvimento dos Investimentos Municipais	324.750
15	Aquisição de Áreas na Zona Urbana e Rural do Município	150.000
17	Ampliação do Parque Rodoviário e Modernização dos Equipamentos	746.500
18	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEB	7.408.000
19	Manutenção da Educação Especial - MDE	36.750
21	Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	2.679.250
22	Manutenção da Educação Infantil	150.000
23	A Cultura e o Cidadão	325.000
24	Gastos Complementares com a Manutenção do Ensino	816.900
25	Incentivo ao Ensino Profissionalizante no Município	60.000
26	Incentivo e Auxílio para o Acesso ao Aperfeiçoamento	90.300
27	Assistência de Saúde a População	6.353.853
28	Atenção Básica em Saúde - Recurso Federal	1.752.006
29	Assistência de Saúde à População - Recurso Estadual	510.278
30	Desenvolvimento do Desporto e Lazer	191.500
31	Desenvolvimento Agropecuário	134.007
32	Assistência Social em Geral	1.702.944
TOTAL		42.230.451

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO FÍSICA %			RECURSOS PRIORIZADOS P/2023		
			ATÉ EXERC ANTERIOR 2021	NO EXERCÍCIO 2022	A EXECUTAR 2023	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Ampliação e Manutenção dos Sistemas de Esgotos		100.000,00						100.000,00
Drenagem e Canalização de Sangas e Esgotos		10.500,00						10.500,00
Ampliação e/ou Construção do Prédio da Prefeitura		150.000,00						150.000,00
Ampliação, Construção e Conservação de Prédios Escolares		450.000,00						450.000,00
Ampliação e Manutenção das instalações do Posto de Saúde		30.000,00						30.000,00
Construção de novo Posto de Saúde Central		100.000,00						100.000,00
Programa de Construção e /ou Reformas de Pequenas Casas		150.000,00						150.000,00
Construção de Casas Populares		300.000,00						300.000,00
Abertura, Ampliação, Melhoramento, Pavimentação e Conservação de Vias Públicas		400.000,00			100,00%			400.000,00
Recurso Operação Crédito - CEF - FINISA		5.000.000,00		30,00%	70,00%			3.500.000,00
Ampliação, Remodulação e Manutenção de Jardins, Praças , Passeios e Acostamentos		105.000,00						105.000,00
Construção e Restauração de Pontes, Bueiros e Pontilhões nas Estradas Do Município		50.000,00						50.000,00
Construção e/ou Restauração de Abrigos Públicos nas Paradas de ônibus		5.000,00						5.000,00
Manutenção do Distrito Industrial		52.500,00						52.500,00
Operação de Crédito FINISA - Pavimentos e Infra Estrutura		2.400.000,00		100,00%				
Implantação de sistema de iluminação campo municipal		298.112,00		100,00%				
Pavimentação da rua 21 de abril		247.854,55		100,00%				